

MEMÓRIAS DE CASERNA: UMA AUTOETNOGRAFIA SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO NA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA¹

Carla Marques dos Santos²

Fábio Gomes de França³

Resumo: O presente artigo pretende, por meio de uma autoetnografia realizada pela autora principal, estudar as relações de gênero na Polícia Militar da Paraíba. Para tanto, pretende-se rememorar experiências profissionais vivenciadas ao longo de catorze anos na instituição policial militar, no intuito de que elas esclareçam ou questionem a subjetivação do “eu feminino” como um mecanismo legitimador de práticas predominantemente patriarcais, no contexto do processo formador de policiais militares femininas daquela instituição. Acredita-se, desse modo, que o método autoetnográfico se mostra um instrumento antropológico que possibilita certa compreensão acerca das relações de gênero na corporação policial militar e suas transformações no cenário institucional. Apesar dos avanços, conclui-se que muito ainda há para se construir e desconstruir para um verdadeiro empoderamento feminino nesse meio organizacional.

Palavras-chave: Polícia Militar; Gênero; Autoetnografia.

Abstract: This article aims a study on gender relations in the Military Police of Paraíba through of an autoethnography. Therefore it is intended to recall professional experiences of over fourteen years in the military police institution. The purpose is that they clarify or question the subjectivity of “feminine self” as a legitimating mechanism of predominantly patriarchal practices during the formation process of female police officers of that institution. It is believed that the autobiographical method shows itself like a anthropological powerful tool that allows certain understanding of gender relations in the military police corps of Paraíba and its transformations in the institutional setting. In closing, despite of advances there is still much to build and deconstruct for a true female empowerment in this organizational environment.

Keywords: Military Police; Gender; Autobiography.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Este artigo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso da primeira autora na Especialização em Segurança Pública ofertada pela Polícia Militar da Paraíba, o qual foi orientado pelo segundo autor. Portanto, a narrativa autoetnográfica encontrada no texto diz respeito às experiências vivenciadas pela autora principal.

2 Especialista em Segurança Pública pelo Centro de Educação da PMPB. Servidora do Centro de Educação da PMPB. E-mail: carlamarquesam@gmail.com.

3 Doutor em Sociologia pela UFPB. Professor de Sociologia e Criminologia do Centro de Educação da UFPB. E-mail: ffsociologia@gmail.com.

Introdução

A entrada de mulheres nas forças policiais data de um período recente em comparação ao tempo de existência dessas Forças. Na Polícia Militar da Paraíba há apenas 33 anos as primeiras mulheres entraram na Corporação. Quando eu ingressei na Polícia Militar no ano de 2002, após submeter-me ao concurso para o Curso de Formação de Soldados (CFSd)⁴, esse tempo era de apenas 15 anos. Durante meus 18 anos completados de caserna, sofri várias transformações de comportamento, que não refletiram apenas em minha vida profissional, mas também na vida pessoal. Nesse contexto, como compreender as relações de gênero na instituição policial militar a partir das minhas experiências profissionais?

○ que busco neste artigo é refletir sobre as identidades sociais outrora internalizadas que me obrigavam a estar o quanto mais próximo possível da figura masculina idealizada pela instituição PM. Isto para que eu pudesse exercer autoridade em meio a uma instituição predominantemente patriarcal e que ainda está em processo de absorção da presença das mulheres em suas fileiras, o que culmina em um cenário onde as relações de gênero e poder ainda acabam sofrendo significativas influências de uma cultura patriarcal que se mostra machista. Essa reflexão é feita através do relato de certas experiências pessoais na caserna ou a serviço dela, algumas das quais levaram a que eu mesma, como tantas outras mulheres policiais, legitimasse esse discurso de necessidade de identificação com uma tipologia masculina para consolidação de uma autêntica imagem de profissional policial militar.

Para tanto, foi usado o método autoetnográfico, o qual se baseia em narrativas pessoais sob um enfoque etnográfico, ou melhor, a “autoetnografia é uma abordagem para pesquisar e escrever que busca descrever e sistematicamente analisar experiências pessoais a fim de compreender experiências culturais” (ELLIS; ADAMS e BOCHNER, 2011, n. p., tradução nossa).⁵ Nesse sentido, diante da literatura já existente sobre a autoetnografia (ELLIS; ADAMS e BOCHNER, 2011; MÉNDEZ, 2013; SANTOS, 2017; WALL, 2006), segui especialmente os passos de Leal (2011), que usou a mesma perspectiva metodológica em sua pesquisa sobre o currículo oculto ou cultural na formação dos alunos oficiais da Academia de Polícia Militar do Mato Grosso.

4 Existem duas formas de se ingressar na Polícia Militar da Paraíba: uma delas é através do Curso de Formação de Soldados – CFSd, e a outra através do Curso de Formação de Oficiais – CFO. Ambos através de concurso público dividido em quatro etapas: exame intelectual, exame médico, teste de aptidão física e avaliação psicológica.

5 “Autoethnography is an approach to research and writing that seeks to describe and systematically analyze personal experience in order to understand cultural experience”.

Nesse contexto, a memória é um dos componentes efetivos para que seja possível (re)construir elementos de análise que ajudem na concepção do objeto de estudo. Sobre a memória, Halbwachs (2006, p. 26) afirma que “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”. Por isso, esta relação entre a minha memória individual e os acontecimentos coletivos que incluem outros atores institucionais se apresenta aqui como uma combinação das memórias de diferentes eventos dos quais participei. Ainda assevera Halbwachs (2006, p. 54) que, “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente”.

Portanto, ao longo deste trabalho discorro sobre a dialética identitária que encontrei, enquanto mulher, na minha formação policial militar, a qual eu chamei metaforicamente de “síndrome de Diadorim”.⁶ Narro os primeiros contatos que tive com o ambiente militar e como internalizei o ethos guerreiro masculino, sobretudo, nos curso de formação. Reflito ainda sobre como este processo influenciou minhas práticas como profissional de segurança pública e também meu comportamento como mulher.

1 Mulher policial ou policial mulher?

Estudar e compreender como se estabelecem as relações de gênero em instituições fechadas em certo sentido é uma tarefa desafiadora. Sobretudo, quando tais instituições estão organizadas sob a perspectiva da cultura militar, como é o caso das PMs, as quais apresentam características das instituições totais estudadas por Goffman (2015)⁷, o que demonstra possuírem uma estrutura hierarquizada.

Neste artigo, intenciono apresentar algumas estruturas presentes nessas relações através da descrição de relatos de experiências pessoais vividas

6 França (2016), ao pesquisar sobre a homofobia na formação policial militar também usa esse recurso metafórico ao cunhar o termo “síndrome de Esparta” ao discorrer sobre a situação paradoxal na qual se encontram alunos PMs homoafetivos que resolvem se tornar policiais mesmo sabendo do forte preconceito presente nas casernas PM. No mesmo caminho, Rolim (2006) usa a expressão “síndrome da rainha vermelha” quando discorre sobre a situação paradoxal da segurança pública no Brasil, pois ele deixa claro que, por exemplo, a atuação policial acaba não passando de um eterno processo de “enxugar gelo”, assim como ocorre na cena de Alice no país das maravilhas, na qual a própria Alice se vê correndo com a rainha cada vez mais rápido para permanecer no mesmo lugar.

7 Entenda-se, nesse sentido, que não estamos a afirmar que as PMs são instituições totais, como alguns autores já o fizeram como Silva (2002), por exemplo, mas que apresentam algumas características como a relação entre uma equipe dirigente e outra de dirigidos durante a formação profissional, a existência de um processo de ‘mortificação do self’ quando da chegada de novos alunos nessa formação profissionalizante, os quais precisam internalizar as regras da caserna, como se habituar a ser reconhecido por um número e um nome de guerra, dentre outras. Para mais esclarecimentos sobre o estudo indevido das PMs como instituições totais ver Cotta (2021).

ao longo dos meus 18 anos de caserna.⁸ Acredito que essas experiências podem esclarecer ou ajudar a questionarmos melhor até que ponto a subjetivação do “eu feminino” torna-se um mecanismo legitimador de práticas predominantemente patriarcais e com inferências machistas dentro do processo formador de policiais militares femininas na Polícia Militar da Paraíba.

Escolhi como ponto de partida um aspecto da obra “Grande Sertão Veredas”, do escritor Guimarães Rosa, publicada pela primeira vez em 1956. Na obra, passada no sertão brasileiro, o autor narra a história da personagem protagonista Riobaldo, que acaba ingressando num grupo de jagunços e uma das personagens mediadoras para que este ingresso ocorra é o jagunço Reinaldo/Diadorim⁹, figura andrógena revestida de elementos femininos e masculinos que desassossegam Riobaldo. No fim da história, revela-se que Diadorim usava um “disfarce” de homem desde menina, quando ela e Riobaldo se conheceram em uma travessia no Rio São Francisco. Diadorim era uma mulher que aderiu e externalizou características masculinas para permanecer no grupo de jagunços, movida por um sentimento de vingança pela morte de seu pai.

Eis o paradoxo que intenciono trabalhar. Diadorim era jagunço considerado e respeitado, cheio de habilidades, mas o fato de ser mulher certamente o afastaria da possibilidade de fazer parte daquele grupo, motivo pelo qual Diadorim passou a ser um dos “homens” da equipe de jagunços, não sabendo, portanto, o grupo, de sua real identidade. Dessa forma, os homens do grupo não a subjugaram, pelo contrário, valorizaram suas virtudes, mas por acharem que suas qualidades pertenciam a um homem e não a uma mulher.

Há nessa metáfora um ser feminino que em silêncio se esconde, ou que na realidade é silenciado. Assim, a personagem Diadorim é a mulher que se traveste de homem para legitimar a violência, silenciando a mulher que há em si, ainda que a violência não seja masculina, mas fruto de um complexo de processos socializadores aos quais não se pode atribuir sexo. Uma mulher por trás das “calças de vaqueiro, em couro de veado macho, curtido com aroeira-brava e campestre” (ROSA, 2001, p. 241), da mesma forma que a mulher que calça os coturnos, esconde os cabelos em coque e disfarça a voz aguda nas PMs.

Em certo momento da trama Diadorim chega a lamentar sua condição: “Mulher é gente tão infeliz... me disse Diadorim, uma vez, depois que tinha ouvido as estórias” (ROSA, 2001, p. 188). Assim, a mulher dentro do homem

8 Caserna significa quartel, local onde se serve, mas, num sentido mais extensivo na linguagem nativa significa a própria corporação em si.

9 Durante o enredo Diadorim se apresenta para o grupo de jagunços como Reinaldo, e apenas para Riobaldo revela seu verdadeiro nome, Diadorim.

se espremia silente na carcaça¹⁰ que se autoinfligiu e que lhe foi infligida. Então está Diadorim dissimulando, fingindo sua identidade, para permanecer inserida no grupo e cumprir seus objetivos.

Assim como na obra de Guimarães Rosa, nas polícias militares de modo geral há uma dialética entre o ser mulher e o ser policial bastante presente. Digamos que seja como uma “síndrome de Diadorim”. A mulher que não apenas não pode ser mulher, mas que é levada a parecer o homem guerreiro “cabra-macho” como narra Rosa (2001, p. 208) em outra passagem da obra: “Gritei, disse, mesmo ofendendo. Ele saiu para longe de mim; desconfio que, com mais, até ele chorasse. E era para eu ter pena? Homem não chora!”.

A representatividade social da mulher em nossa sociedade está comumente ligada à fragilidade e docilidade inatas. Este conjunto de valores construído socialmente se verifica também na formação de policiais militares femininas. Nos cursos de formação pelos quais passei dentro da polícia militar, aderi à estruturação de um perfil comportamental marcado por traços masculinos, para não me sentir excluída, já que, no período dos cursos, entendia que não podia apresentar aspectos muito femininos, pois tais condições poderiam ser vistas como sinônimo de fragilidade. Se com os homens, nas instituições militares, desenvolve-se a necessidade de que as características do guerreiro sejam internalizadas, pois do contrário, eles não são considerados bons profissionais, para as mulheres isso desemboca em um grande paradoxo identitário.

Castro (2004) em sua obra “O espírito militar: um antropólogo na caserna”, que se trata de uma etnografia sobre a formação dos alunos-oficiais do Exército brasileiro na Academia Militar das Agulhas Negras, fala sobre esse processo de formação identitária e capta que, por exemplo, quanto à formação dos infantess¹¹, tidos como os combatentes de primeira linha numa batalha, que há a necessidade de simbolizar as qualidades másculas do infante. Considerando-se que, na Polícia Militar da Paraíba o quadro funcional no qual as praças¹² são classificadas chama-se quadro de praças combatentes – QPC, e o quadro principal de oficiais é o Quadro de Oficiais Combatentes, verificamos essa influência do militarismo quanto ao “espírito da arma” na formação focada na construção de um profissional com aspectos viris e másculos que seriam evidências de sua combatividade.

10 Carcaça é um termo comumente usado na cultura militar para se referir a corpo, estrutura física.

11 Infantes são os componentes de uma das chamadas “Armas” do exército. Os integrantes da Arma de Infantaria são aqueles que estão na linha de frente e que por isso em sua formação são instruídos a desenvolver habilidades mais ligadas à resistência física que a conhecimentos técnicos. São tidos como os “combatentes diretos na batalha”. Na polícia militar é comum os PMs se tratarem pelo adjetivo de combatente.

12 Nas instituições militares, os componentes são divididos entre dois grandes grupos: praças e oficiais. Pela hierarquia militar as praças (soldados, cabos, sargentos, subtenentes) estão mais ligadas às funções de execução e ligação, os oficiais às de gerência e comando.

Por outro lado, o debate nas polícias militares em torno das políticas afirmativas, num período em que o espaço jurídico mergulha nas discussões eclodidas em torno dos chamados direitos humanos de terceira geração, emerge também essa questão da inserção da mulher nas instituições policiais. Esta inserção baseia-se numa perspectiva essencialista, que vê as mulheres como menos violentas por “natureza” e que por isso se adaptariam melhor ao momento no qual as instituições policiais militares passaram a tentar incorporar um discurso mais humanístico e formar policiais aptos a lidar com a comunidade e seus integrantes e não com inimigos de guerra. Neste momento entram em crise valores prevaletentes das instituições policiais, valores estes ligados à sobreposição da força física e da identificação exclusiva destes profissionais com a figura masculina ou masculinizada, passando a se buscar outros valores como, por exemplo, os ligados à capacidade de resolução de conflitos.

Assim, as policiais militares em formação parecem trafegar, após ingressar em instituições militares, em polos misóginos, a partir dos quais o “ser mulher” parece, por vezes, não poder equivaler ou coabitar com o “ser policial”, pois a subjetivação do eu se coloca como um processo natural, para o alcance de uma padronização comportamental necessária para o exercício profissional. Sobre isso afirma Goffman (2014, p. 48) que “quando o indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade, e até realmente mais que o comportamento do indivíduo como um todo”.

Através de narrativas autoetnográficas discorro neste artigo sobre como essas relações de gênero são construídas dentro da corporação e como as próprias mulheres, assim como eu, durante e após o período de formação, acabamos também sendo legitimadoras dos discursos de dominação de gênero que alimentam a ideia de inferioridade feminina (BOURDIEU, 2002). Assim, é como se as mulheres PMs, para serem consideradas aptas ao serviço policial militar, necessitassem constantemente adquirir e internalizar um ethos guerreiro masculino, que seria uma espécie de modelo policial combatente ideal.

Sobre a perspectiva autoetnográfica, a partir da qual me insiro como pesquisadora num ambiente do qual sou nativa, verificamos a possibilidade de uma exploração mais densa (ABU-LUGHOD, 1991). Ainda quanto aos estudos autobiográficos, Ferrarotti (1998, p. 30) relata que eles são capazes de evidenciar o entrançamento entre o eu pessoal e o eu social, o que traz à baila a possibilidade de “reconstruir os processos que fazem de um comportamento a síntese ativa de um sistema social e a interpretar a

objetividade de um fragmento da história social a partir da subjetividade não iludida de uma história individual”.

Para Cavilha (2009, p. 129-132), o ambiente militar “ritualizado e masculinizado” leva à estranheza por parte dos homens quanto à presença de mulheres nos intramuros das casernas. Constitui-se, portanto, um processo de subjetivação no qual as mulheres acabam apropriando-se de um complexo de forças formais e outras “invisíveis” e de processos de aprendizagem, criando modos de ser, conforme exigem os regulamentos disciplinares, sejam aqueles expressos formalmente ou aqueles moldados no universo subjetivo das relações. A memória aparecerá sempre como elemento fundamental dessa construção. Segundo Albertini (2009, p. 77), os primeiros esforços de sistematização acadêmica de instituições militares se deram através de “trabalhos de construção e análise da memória militar”.

Para atingir o objetivo aspirado se faz necessário destacar a relação que se estabelece entre a posição que assumi de pesquisadora e a identidade social que carrego sendo uma policial militar, o que se caracteriza como a prática do estranhamento do que é familiar no campo antropológico. Apesar disso, Peirano (1995) relata que o estranhamento possibilita o confronto entre teoria e pesquisa e favorece a autorreflexão. Da Matta (1978) expõe que considerando que as transformações (seja a do exótico em familiar, ou a do familiar em exótico) não são totais, elas permanecem se constituindo com a presença de “resíduos” entre um e o outro. No caso desta pesquisa, o estranhamento é ponto de partida. Ainda conforme o mesmo autor, “é necessário um desligamento emocional, já que a familiaridade do costume não foi obtida via intelecto, mas via coerção socializadora” (DA MATTA, 1978, p. 30).

Nesse contexto, verificamos que experiências pontuais, individuais, dentro deste ambiente aquartelado¹³, podem manifestar a estruturação e o itinerário da construção dos processos estabelecidos nas relações de gênero. Este debate excede a discussão para além dos papéis socialmente determinados como típicos para mulheres e homens, permitindo as formas de construção cultural, social e modos para subjetivação. Para Meyer e Soares (2004), a questão relacional quanto à construção identitária de homens e mulheres são marcados pelo conceito de gênero.

Portanto, verificamos que, para o objetivo aspirado, as narrativas autoetnográficas acabam se estabelecendo como campo de reflexão sobre si, lançando o sujeito para um universo que possibilite a “auto-escuta de

¹³ Significa estar dentro dos quartéis.

si mesmo, como se estivesse contando para si próprio suas experiências e aprendizagens que construiu ao longo da vida, através do conhecimento de si” (SOUZA, 2004, p. 42).

2 Apresentando-se¹⁴ na caserna

Para ingressar na Polícia Militar da Paraíba inscrevi-me no concurso para o CFSd no ano de 2002, e, após ser aprovada em todas as etapas do certame, no dia 15 de agosto de 2002, apresentei-me no quartel do Centro de Educação da Polícia Militar, que funciona no bairro de Mangabeira, zona sul da capital João Pessoa. É válido ressaltar que no ano do meu ingresso fazia apenas 15 anos da inclusão das primeiras mulheres na Corporação, e a instituição ainda parecia estar se acostumando com essa realidade (como até hoje, em alguns aspectos, ainda parece permanecer neste processo).

Neste dia, conforme regia o edital do concurso, deveríamos nos apresentar com o nosso enxoval¹⁵ para o primeiro contato com a caserna e início do curso de formação. Confesso que alguns trechos de todos os ocorridos neste dia me fogem da memória, talvez pelo lapso temporal (lá se vão 18 anos), ou talvez ainda pelo nervosismo e ansiedade (destes, eu recordo) que me tomavam no momento. Afinal, o que me aguardaria dentro do quartel? Como tratariam as mulheres naquele lugar? Contudo, alguns eventos que, a partir dessa data, começaram a pautar meu comportamento, pensamento e sentimentos, esses certamente serão aqui descritos.

Eram 50 jovens que então passariam a ser chamadas de alunas CFSd PM Fem¹⁶ Fulana de tal. A maioria delas com o mesmo olhar de “o que me espera aqui?”. Destaco que esta turma de formação do ano de 2002 foi diferenciada de outras turmas de formação de soldados pelo fato de que a turma feminina foi formada por um pelotão¹⁷ exclusivamente de mulheres, o que diferiu de outros cursos que admitiam turmas mistas, nas quais as mulheres eram distribuídas em diversas turmas, misturando-se aos alunos homens.

14 O termo “apresentação” está ligado à questão de comparecer, estar presente “em” ou “diante de”. Muito usado para quando o militar deve estar diante de um superior ou em uma unidade, onde este deverá “apresentar-se” ao superior ou na unidade militar.

15 Ao sermos convocados para o curso de formação, uma lista com vários materiais que devemos levar para o curso nos é repassada. Nela constam itens como quantidades e cores de blusas e calças, meias, shorts, entre outros objetos.

16 Na Polícia Militar da Paraíba, assim como em todas as PMs brasileiras, as policiais femininas são, via de regra, referenciadas com o sufixo “FEM” após o posto ou graduação funcional que assumem. Outras vezes apenas o termo “FEM” isolado é usado para se referir a uma policial feminina.

17 Pelotão – uma das frações de tropa dentro da estrutura militar. A menor unidade militar comandada por um oficial e composto por entre 20 a 50 pessoas.

Já no quartel do Centro de Educação, após nos apresentarmos no horário determinado, uma sargento¹⁸ ficou responsável por nos apresentar as edificações do quartel e por ter as primeiras conversas conosco acerca do que teríamos pela frente. Foi orientado que o deslocamento fosse feito de forma organizada e durante este primeiro momento ouvi (não recorde se de uma das alunas ou se da sargento) uma das frases que acabou por pautar meu comportamento por alguns anos na instituição: “As pessoas sempre dizem que mulher quando entra na polícia ou é prostituta ou homossexual”. Esta frase ecoou por algum tempo na minha cabeça e foi ouvida por mim algumas outras vezes ao longo dos 18 anos na instituição. Na verdade, do que se falou dali por diante, pouco absorvi. Certa agitação tomou conta dos meus pensamentos. Já estava planejando dezenas de maneiras para que as pessoas não achessem que eu era nem uma coisa nem outra. Foi como se tivessem me dado um recado: “Olha moça, para ser respeitada aqui, tem que ser bem-comportada e politicamente correta”.

Seguiram-se os dias e as instruções¹⁹ começaram. Uma sargento ficou responsável por ser a coordenadora²⁰ da turma. As instruções duravam manhã, tarde e às vezes noite. Ainda durante os primeiros dias ouvimos de uma das graduadas²¹ que a “turma anterior das fems havia sido muito promíscua e que esta turma deveria ser diferente”. Em princípio não compreendi se o termo “promíscua” se referia a algo ligado à questão profissional propriamente dita ou se à promiscuidade sexual. Tentei entender, e os discursos posteriores que reforçavam essa mensagem me possibilitaram alcançar um entendimento que me deixou um pouco surpresa quando compreendi que ali na caserna, na vida militar, no curso de formação, as duas coisas estavam interligadas. Assim, uma mulher “promíscua” sexualmente seria também considerada uma profissional que fugiria do ideal adequado para ser considerada uma boa policial militar feminina.

Eu era uma jovem de 19 anos, cheia de conceitos e preconceitos sociais, religiosos e, admito, tão disseminadora de perspectivas machistas quanto a maioria dos homens. Mas mesmo para mim, criada sob valores morais relativamente fortes, dos quais ainda luto para libertar-me, a ideia de que a vida amorosa de uma mulher era fator para sua constituição como boa ou má policial me soou, no mínimo, estranho. Eu achava que se a mulher aprendesse

18 Além da divisão entre praças e oficiais, existem subdivisões funcionais que são hierarquicamente distribuídas dentro destes círculos. No círculo de praças existem as seguintes graduações: aluno soldado, soldado, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento, subtenente e as chamadas praças especiais, que são os aspirantes-a-oficial.

19 Nos cursos de formação militar as aulas são costumeiramente chamadas de instruções.

20 Os pelotões em formação possuem graduados e graduadas, que coordenam as turmas, sendo, sobretudo, responsáveis pelo controle disciplinar desses pelotões.

21 Com exceção dos soldados, as demais praças são chamadas também de graduados.

a atirar bem, a praticar defesa pessoal e tivesse um bom condicionamento físico, isto seria o suficiente para ela ser uma boa policial, assim como para os homens (eis aqui uma visão também minimalista sobre o papel de um policial militar que lida diariamente com a sociedade: atirar, correr e lutar, mas este é outro aspecto cujo foco não está contido neste artigo).

O fato é que a preocupação com a possível “promiscuidade” da turma feminina foi uma tensão constante durante os quatro meses de formação. Alunos do Curso de Formação de Oficiais (CFO) - cadetes²²- eram proibidos, pelo comandante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças – CFAP²³, de transitar nas proximidades da turma feminina, bem como nós também fomos advertidas de que deveríamos evitar as alamedas dos blocos onde funcionavam as salas de aula dos cadetes.

Lembro que, enquanto aluna soldada, transitei por uma dessas alamedas apenas uma vez, próximo ao fim do curso, acompanhando um oficial masculino, para o qual expressei resistência de trafegar ali pelas recomendações aqui já citadas, tendo ouvido da parte dele que “não teria problema, pois eu estava com ele”. Habita nesse contexto outra questão interessante: entendi, pelo referido oficial, que o “não ter problema” naquela situação teria se dado por dois motivos: primeiro, ele era um oficial, ou seja, superior hierárquico dos cadetes; segundo, ele era um policial masculino. O questionamento interno acerca do motivo pelo qual eu necessitaria estar acompanhada de um oficial ou de um homem para poder transitar livremente e sem problemas por uma simples alameda quis florescer dentro de mim, mas, àquela altura, já bastante submetida aos regulamentos e regras oficiais e não oficiais que construíam minha formação, eu já entendera que a coisa era “assim mesmo” e este questionamento adormeceu com a mesma velocidade que surgiu.

Recordo-me que as “FEMs” eram constantemente ridicularizadas pelos alunos masculinos ou mesmo por instrutores e instrutoras quando da execução de exercícios de ordem unida, onde obrigatoriamente tinham que emitir voz de comando, a qual soava aguda. A cobrança era que essa voz tinha que ser encorpada, grave, masculina. “Desse jeito nem sua tropa vai lhe obedecer nem o bandido vai pôr a mão na cabeça quando você falar”, foi o que ouvi de uma superiora uma das minhas colegas de turma, que tinha a voz mais “fina”. Mesmo quando algumas das meninas tentavam empostar a voz, dando mais volume a ela, mas sem conseguir, por questões fisiológicas

22 Os alunos do CFO são chamados de cadetes. O curso é realizado em três anos, e os cadetes são nomeados conforme o ano em que se encontram: cadete 1º ano, cadete 2º ano, cadete 3º ano.

23 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças é o local onde ocorre a formação e capacitação das praças. Os oficiais formam-se em um setor diferente chamado de APMCB – Academia de Polícia Militar do Cabo Branco. Ambos ficam dentro do Centro de Educação da Polícia Militar.

óbvias relativas ao seu timbre vocal, ainda eram ridicularizadas, sendo alvo de brincadeiras sarcásticas do público masculino que repetidamente imitava as vozes femininas em tom jocoso. Eu só consegui questionar essa situação dentro de mim anos depois, tentando entender o porquê de sermos, de certa forma, “forçadas” a adquirir um tom de voz mais masculino, sendo que só seria possível para algumas a custo do ganho de alguns calos vocais.

Por sempre desejar ser uma “policia padrão²⁴”, tratei logo de, em casa, ensaiar exaustivamente de frente ao espelho as vozes de comando: “Pelotão, sentido!”, “Descansar!”, “Direita, volver!”. Lembro-me de minha mãe dizendo que eu estava ficando doida. Gritava repetidas vezes, por momentos passando de um lado para o outro da casa em uma atividade corriqueira como, por exemplo, varrer o chão, aos gritos de “Tropa, sentido!” e os demais.

Nas primeiras semanas fiquei rouca, o que acabou “engrossando” um pouco a minha voz, e então estava pronta para ter uma voz de comando “exemplar” quando chegasse minha vez de emanar as ordens para minha turma. Foi o que ocorreu, voz de comando elogiada. “Esta é uma voz de comando padrão, parece um homem comandando”, foi o que ouvi, e o pior, foi o que ouvi sem compreender que todo esforço feito para atingir o ideal culturalmente enfatizado para aquele tipo de ação, não valeria de nada se não tivesse ficado parecido com a voz de um homem. Parece que não importava o quão audível e clara a voz fosse, se aguda, ou seja, feminina demais, não seria o suficiente para ser uma boa voz de comando. A essa altura eu já havia naturalizado certas práticas e corroborava com a ideia disseminada de que quanto mais masculinas certas ações e comportamentos nas instruções, mais próximo do ideal de policia padrão. Eis aqui a cultura do rito patriarcal impactando a “constituição da própria subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social” (HALL, 1997, p. 24).

Diante do quadro que se me apresentava, naturalizei e internalizei psicológica e fisicamente, de forma dócil (FOUCAULT, 2007), praticamente todos os preceitos formais e culturais que estava conhecendo ao passar dos dias durante minha vivência na caserna. Eu queria ser uma policia padrão (militarizada), e respeitada, conforme o modelo que diziam que eu tinha que ser, mas não conforme aquilo que eu realmente era. Tomei a decisão de treinar exaustivamente as atividades e instruções que nos eram repassadas, afinal não queria correr o risco de ouvir o que algumas colegas ouviam quando erravam algo durante as aulas, sobretudo, as práticas: “Só podia ser uma FEM”. Essa experiência retrata algo tratado por Foucault (2007, p. 164) quando fala dos corpos docilizados:

24 No ambiente social militar a palavra padrão não é apenas atribuída com a significação de uniformidade, mas atrela-se como um adjetivo quando se quer referenciar que um policial, procedimento ou instrução atingiu um nível de excelência e pode ser tido como referência para os demais.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos 'dóceis'. A disciplina aumenta as forças dos corpos (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). A coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e a dominação acentuada.

Ainda quanto às questões de ser julgada ou tachada pelo comportamento pessoal, também resolvi que de forma alguma me envolveria afetivamente com qualquer policial, fosse aluno, fosse graduado, fosse oficial, durante o período de curso. Afinal, outra frase que muito se falava remetia ao fato de que o rótulo que ganhássemos durante o curso seria o rótulo que levaríamos por toda a vida profissional, como um estigma irreparável. Para Goffman (2015, p.13), este estigma seria “na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo”.

Descobri, posteriormente, durante o CFO, no qual ingressei no ano de 2004, que na verdade esse estigma não era necessariamente adquirido apenas durante o período de formação, mas que informações acerca da vida pregressa pessoal das alunas eram fatores determinantes, inclusive influenciando significativamente sobre a forma como alguns instrutores e oficiais as tratavam.

Certo dia, ainda durante o CFSd, em uma conversa no alojamento, uma das alunas comentou que alguns dos meninos estariam fazendo questionamentos acerca do jeitinho masculino que eu ganhei. Eu perguntei por que eles estariam questionando isso, e segundo uma das alunas, seria pelo fato de ninguém ter me visto relacionar-me com alguém do sexo masculino desde que entrei no curso. Pensei comigo: “Pronto, tentei não ser vista como promíscua, e vão me rotular como homossexual”. Ressalto que, à época, a grande influência religiosa da minha formação familiar me enchia de preconceitos quanto às pessoas de orientação sexual homoafetiva, assim como também nutria preconceitos quanto às mulheres que dispunham de certa liberdade sexual.

Parecia estar entre a cruz e a espada: não me envolver com ninguém para não carregar o estigma de promíscua e aderir ao ethos guerreiro masculino tão introjetado nos processos formadores em nossas instruções, parecia que ganhara automática significação de que eu fosse meio “homenzinho”. Eu não estava sendo o que era para parecer ser, o que queriam que eu fosse, ou o que diziam que eu deveria ser, mas corria o risco de não ser definida nem como uma coisa nem como outra. Ter aderido fervorosamente à identidade militar, ao rigor dos regulamentos e das regras subjetivadoras parecia não me “proteger” tanto quanto eu imaginei. Goffman (2015a, p. 11-12), fala sobre

este tipo de intercorrência quando trata sobre a chamada “identidade social virtual”, onde os ambientes sociais acabam por estabelecer categorias de pessoas que neles têm possibilidade de serem encontradas. O autor escreve acerca dessa questão:

As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com ‘outras pessoas’, previstas sem atenção ou reflexão particular. Baseando-se nessas concepções, nós as transformamos em expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso. Assim as exigências que fazemos poderiam ser mais adequadamente denominadas demandas feitas ‘efetivamente’, e o caráter que imputamos ao indivíduo poderia ser encarado mais como uma imputação feita por um retrospecto em potencial – uma caracterização ‘efetiva’, uma identidade social virtual (GOFFMAN, 2015a, p. 12).

Pensei no esforço que achava estar fazendo para ser uma “PM FEM padrão”, contudo, as relações estabelecidas entre as imputações de atributos feitas pelo ambiente em que me formara e o padrão comportamental que tentara adotar fugiam cada vez mais da minha compreensão e eu simplesmente obedecia ao que estava escrito, ao que era dito, comentado. Isso evidencia o quanto “esse aspecto ethos militar extrapola os aspectos profissionais e penetra na vida doméstica” (CHINELLI, 2015, p. 97), já que, ainda segundo essa autora, os militares são levados a ver como padrão ideal de mulher aquela que absorve voluntariamente os serviços domésticos, “os cuidados com casa e filhos” (CHINELLI, 2015, p. 96), soando contrastante com este padrão a mulher que ingressa numa corporação militar.

Eis aqui a internalização da obrigação do minucioso cumprimento das regras estabelecidas, seja nos regulamentos, seja através das relações que se davam na caserna ensejando a naturalização de práticas pelo próprio objeto da dominação (no caso o eu feminino), como se estas fossem naturais. Apenas anos após, já no oficialato, percebi que o discurso construído culturalmente neste meu período de formação acabava por obrigar as mulheres, inclusive a mim, a adotar uma postura masculinizada.

Era paradoxal a exigência cultural do meio militar pelo padrão de mulher “submissa” e bem-comportada na vida pessoal para se “fazer respeitar”. Portanto, as habilidades técnicas e o empenho laboral não seriam suficientes, caso aquela mulher ainda preservasse, durante o período que estivesse na caserna, ou utilizando o uniforme, características de “mocinha”, as quais conotariam um sentido de fragilidade. No tocante a isto, recordo que já no

CFO, ainda no 1º ano²⁵, ouvi de um dos oficiais integrantes da coordenação da Academia de Polícia Militar do Cabo Branco²⁶, que os cadetes masculinos deveriam namorar não a namorada do cadete, mas a esposa do coronel. Essa observação também foi bem marcante para mim, embora, para parecer cada vez mais entrosada e enquadrada no modelo de PM “padrão”, também aderi ao mesmo discurso e até o multipliquei para alguns colegas de curso. Trata-se de um “incentivo institucional velado e não oficial à generalização para o ambiente doméstico de valores fundamentais ao ‘espírito militar’” (CHINELLI, 2015, p. 97).

Após o término do curso de soldados, fui designada para trabalhar no Comando Geral da PM, tendo passado quase dois meses na seção de planejamento e depois sido designada para a seção de inteligência.²⁷ No período de cerca de um ano que passei trabalhando como soldado, mais uma face destes “mecanismos invisíveis” me foi evidenciada. A mulher solteira seria constantemente alvo de assédios e galanteios, uma vez que parecia soar para a maioria do público masculino, dentro da instituição, que as solteiras eram, ou deveriam ser “disponíveis”. A hierarquia parecia funcionar, na cabeça de alguns “superiores”, como pressuposto de precedência quanto à “conquista” de mulheres policiais.

Foi então durante essa etapa que mais um conceito entrou para o rol daqueles que acabaram por alicerçar muito do meu comportamento na caserna e fora dela por considerável tempo: “dentro da polícia é melhor a mulher estar comprometida”. Assim como a maioria de outras frases de certo teor machista essa também foi ouvida por mim, pela primeira vez, da boca de uma policial mulher. A frase reproduz a ideia de que a mulher só estaria protegida dos assédios e de um provável questionamento sobre seu comportamento se estivesse casada ou comprometida com um homem, pois, do contrário, ela seria alvo de um dos dois apontamentos em torno da sua sexualidade tão já referidos neste texto.

Assim, a “regra” seria que a mulher, por si só, não seria autossuficiente para se proteger moralmente e se manter respeitada dentro da instituição. Tratei então de embrenhar-me em um relacionamento, que acabei arrastando por mais tempo do que realmente queria e deveria, simplesmente para não ser tachada de “namoradeira” ou lésbica e ficar “protegida”. Afinal, eu seria uma

25 O CFO é dividido em três anos e há uma hierarquia entre eles. O cadete do 1º ano é hierarquicamente subalterno ao do 2º, que, por sua vez, é subalterno ao do 3º, que possui precedência sobre ambos.

26 Academia de Polícia Militar do Cabo Branco (APMCB) é o local onde são formados os oficiais da Polícia Militar da Paraíba.

27 O setor de inteligência, na época chamado de PM2, era responsável pelas ações de inteligência e policiamento velado.

comandante e, segundo as outras “teorias” que ouvi, as mulheres que não se davam ao respeito na sua vida sexual e amorosa dificilmente conseguiram comandar seus subalternos sem ser por eles julgada e sofrer certa resistência quanto à subordinação deles. Portanto, de um lado havia a ideia de que a mulher policial militar deveria desenvolver habilidades, através de um padrão masculinizado, para atuar como policial, mas por outra vertente era, subjetivamente cobrado, um comportamento de vida pessoal digno das mais resignadas “Amélias”²⁸.

E essa ideia rendeu-me uma preocupação quanto a isto e durante todo período do curso do CFO procurei estar “comprometida”, pois o “estar sozinha” poderia, com base no que já apontamos, me deixar “desprotegida”. Eu compreendi, apenas alguns anos depois, que isso nada mais era do que uma tendência de submissão em mim introjetada, descrita por Bourdieu (2002, p. 52) como uma resultante “das estruturas objetivas”, as quais devem sua eficácia aos “mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para reprodução”. Quanto ao domínio constituído por uma força simbólica:

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. Se ela pode agir como um *macaco mecânico*, isto é, com um gasto extremamente pequeno de energia, ela só o consegue porque desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles ou naquelas que, em virtude desse trabalho, se vêem por elas capturados (BOURDIEU, 2002, p. 50).

○ interessante neste ponto é que, ao passo que me via “obrigada” a revestir-me de características masculinizadas em meu comportamento como policial, a exemplo do falar mais grosso, ter uma postura corporal mais rústica, entre outros, ao mesmo tempo era levada a adotar ações que me colocavam sempre numa situação de dependência em relação a uma figura masculina. Nesse caso, a mulher policial, para ser operacional²⁹, deveria ter uma postura de guerreiro tão virilmente masculina quanto a de um homem, mas não poderia abandonar o padrão de submissão nas relações pelas quais, em nossa sociedade, as mulheres estão sujeitas. Quanto a este “embaraço”:

28 Referência ao jargão popular de que Amélia seria as mulheres que são donas de casa e domésticas.

29 Termo usado para descrever policiais, ações ou unidades aptos para o serviço fim da corporação, ou seja, o policiamento ostensivo, na rua. Os(as) policiais chamados(as) de operacionais, no ambiente seriam aqueles(as) que possuem aptidões de combatividade para trabalhar no enfrentamento direto à criminalidade nas ruas.

Ao pensar o corpo militar, atendo-me à preocupação com os significados do corpo viril postos em xeque no momento da inclusão de mulheres em espaços considerados construtores da masculinidade; considerando também que o espaço da guerra enquanto instituição, abarca tanto a atividade militar propriamente dita quanto a atividade policial (MOREIRA, 2010, p. 322).

Logo, o que ocorre quando as mulheres PMs passam a se comportar de acordo com a internalização socializadora do ethos masculino institucional?

3 Externalizando o androcentrismo

Durante o período de formação, seja no CFSd, seja no CFO, passei por processos socializadores que constituíram em mim, por vezes, um ser policial em detrimento de um ser mulher em uma policial. Já quando profissional, trabalhando em alguns setores da corporação, muitos desses processos internalizados se personificavam em ações no dia a dia do meu trabalho, sobretudo até a fase que passei como oficial subalterna.³⁰

Assim que concluí o CFSd fui designada para trabalhar no Comando Geral da Polícia Militar no setor chamado PM/1.³¹ Na verdade, meu desejo era ter ido trabalhar no pelotão da ciclopatrolha³², para o qual me inscrevi como voluntária, antes do término do curso, para compô-lo. Entretanto, por questões institucionais – que, na verdade, não sei quais foram, mas repito essa frase por ter sido a justificativa que ouvi de um oficial para o fato de ter sido enviada para o QCG e não para a ciclopatrolha, como eu achava que iria – no momento da distribuição dos alunos, acabei sendo designada para o Comando Geral.

Este desejo de ir trabalhar em uma unidade operacional era fruto da necessidade de provar para os demais colegas de farda, principalmente aos homens, que, mesmo sendo mulher, eu seria capaz de trabalhar na rua e ser operacional. Percebiam bem o termo que usei: “mesmo sendo mulher”. Era assim que pensava à época. A realidade instrumentalizada em meu ser de que, por ser mulher, o natural era que eu fosse frágil e por isso a necessidade instigante de “provar pra todo mundo” que eu estaria acima da média e seria uma mulher diferenciada no meio policial militar, não cedendo aos estereótipos de fraqueza comumente atribuídos às “FEMs”.

30 Dentro do círculo dos oficiais da Polícia Militar da Paraíba existem três divisões: oficiais subalternos (2º tenente e 1º tenente), oficiais intermediários (capitães) e oficiais superiores (major, tenente-coronel e coronel).

31 Setor que, na época, controlava questões como o quantitativo de efetivo.

32 Na época (2002) era uma modalidade de policiamento recém-estabelecida na Paraíba. Consiste na realização do policiamento em bicicletas, sobretudo em áreas turísticas.

Na verdade, a preocupação existente deveria ser a de permanecer mulher apesar de tudo que me era formal e subjetivamente imposto, reservando para meu papel policial apenas a obrigação de ser uma boa profissional, embora, como já discutido aqui, este conceito de “boa profissional” dentro da instituição comumente entrelaça os conceitos ligados à constituição do ser pessoal.

Ao chegar à PM1, mantive o desejo de ir trabalhar em um setor mais operacional, foi quando resolvi tentar a transferência para a PM/2³³, setor responsável pelo trabalho de inteligência. Ora, a ideia de trabalhar no policiamento velado, fazendo campanhas e talvez usando disfarces me pareceu um caminho interessante para que eu conseguisse provar minha operacionalidade e “fazer meu nome”. Tentei ser transferida através das possibilidades administrativas que estavam ao meu alcance. Um desses passos foi conversar com o chefe da PM/2, que demonstrou interesse em incluir uma mulher na equipe, já que há algum tempo nenhuma mulher a integrava. Após quase dois meses de tentativas, fui designada para trabalhar na PM/2. O detalhe é que passei cerca de duas semanas trabalhando (de forma informal) nos dois setores, organizando pendências do setor do qual saíra e familiarizando-me com as atividades da minha nova função. O desejo de ser “operacional” me fez aceitar de bom grado passar este pequeno período nesta dupla jornada.

A atividade de policiamento velado requeria uma habilidade permeada de certa sagacidade, uma vez que lidava com atividades de coleta de informações e observação. Recordo que uma das primeiras coisas que ouvi foi “menina, na rua é diferente do que você aprende na sala de aula”. Eu queria ser uma policial, padrão, operacional, mas, por mais que eu tentasse externalizar as ações viris e guerreiras que havia começado a aprender, a garota escondida atrás da “combatente” volta e meia insistia em querer emergir. Contudo, eu tratava logo de lembrá-la que ela não seria capaz de enfrentar a vida policial e por muitas vezes a silencieei. Teria que demonstrar que ser “desenrolada”³⁴ e não me importar de ver alguém sendo machucado (na verdade, eu me importava sim) ou de correr o risco de me machucar, seriam coisas que eu deveria ser capaz de realizar sem titubear. Afinal, isto reforçaria a imagem da policial operacional.

Certa vez houve uma fuga de muitos presos de um dos estabelecimentos prisionais de João Pessoa. Fomos todos convocados para trabalhar na captura desses fugitivos. Recordo que pensei: “Agora vou ser polícia de verdade.

33 Era, na época, o setor de ações de inteligência do Comando Geral.

34 Nas relações de caserna na PMPB, o termo “desenrolado(a)” pode ser usado em duas significações. Tanto pode querer dizer que o(a) policial é competente, proativo(a), habilidoso(a), como também pode ser usado como adjetivo depreciativo, significando que o(a) policial seria desidioso(a), preguiçoso(a), malandro(a).

Quero trocar tiro”. A equipe se reuniu no quartel do Comando Geral e fomos à captura dos foragidos. Cara fechada, andar mais duro e fala grossa, foi essa a postura que adotei, afinal, de outra forma não havia como ser respeitada, era o que me passava em pensamento. A preocupação quanto ao ser respeitada que falo aqui não é o respeito das pessoas que abordamos ou que prendemos neste dia, mas é sobre o respeito dos colegas homens para comigo, afinal, como tantas vezes ouvi, “a rua não era lugar de mulherzinha”, e na ocasião eu definitivamente não queria ser a mulherzinha da história, embora, na verdade eu o fosse, porque mulher é a identidade social que assumo para mim.

As experiências vividas no tempo que fui soldada diferem um pouco das vividas quando passei a ser oficial, uma vez que durante as primeiras eu era elemento de execução, não tinha poder de gerência sobre qualquer coisa, e na segunda fase comando e gerência me foram atribuídos. Quando concluí o CFO e fui declarada aspirante-a-oficial³⁵ fui designada para trabalhar na unidade sediada na cidade de Guarabira, brejo paraibano, onde permaneci por um ano e quatro meses. Assumi a função de Coordenadora do CFSd, acumulando com algumas outras funções durante minha permanência. A turma era composta por 114 (cento e quatorze) alunos, sendo 110 (cento e dez) homens e 4 (quatro) mulheres em uma unidade policial militar, numa cidade do interior, onde este universo predominantemente masculino assumia feições ainda mais profundas. Nesta oportunidade acabei sendo ainda mais multiplicadora desta ideologia de dominação de gênero, que acaba por vezes inferiorizando a mulher e direcionando-a a assumir o ethos guerreiro masculino.

Insisti durante várias oportunidades na formação desses alunos que deveriam ser operacionais, e ainda mais com as meninas que elas deixassem as “frescuras” de lado para poderem ser boas policiais. Todavia, nessa fase, o fato de não ser um mero elemento de execução, mas de ter, ainda que bem limitada, uma certa autonomia de gerência, me fez sentir, aos poucos e sutilmente, de certa forma livre para assumir certos posicionamentos e questionar alguns “padrões”. Este pequeno respiro de liberdade me possibilitou ir aos poucos inserindo o que realmente pensava quanto a certas questões e ir exercendo em ações do dia a dia policial.

Apesar de querer manter o estereótipo da oficial operacional, disposta a tudo, “pronta para qualquer missão”, o silêncio que tacitamente me foi infligindo e que me autoinfligi começou a ser gradativamente quebrado. Àquela altura, eu já estava começando a ter um “nome”, já havia adquirido certo respeito

35 Após o término do curso de oficiais, os alunos passam por uma espécie de estágio probatório que dura oito meses, durante este ínterim, nem são alunos nem oficiais, mas aspirantes-a-oficial.

da tropa e parecia não precisar mais tanto viver provando minha capacidade. Válido ressaltar que este caminho foi percorrido através de um itinerário que cruzou a subjetivação do eu feminino, em detrimento do ideal de virilidade de combatividade. Após ter alcançado certo reconhecimento institucional, poderia agora usar este capital “hierárquico”, que tanto o posto quanto o envolvimento em atividades operacionais me concederam, para iniciar minha libertação, contudo, repito, ela foi e vem sendo gradual, silente e sutil.

Em uma festa numa das pequenas cidades das quais o 4º batalhão era responsável pelo policiamento, estive trabalhando e comandando uma pequena fração de policiais. É comum haver nessas festas de rua brigas entre pessoas. Em uma dessas situações um jovem se desentendeu com outro e, iniciadas algumas agressões, minha guarnição³⁶ passava por perto e então separamos os brigões. Orientei que fossem embora e que evitassem confusão pois, do contrário, seriam detidos por mim. A confusão já estava dissipada e dei as costas quando ouvi um dos jovens dizer enquanto se retirava: “E eu sou homem pra ser preso por mulher?! Mulher não me prende não!”. Automaticamente fui em direção ao jovem, ordenei que um dos policiais que comigo estavam me ajudasse a conduzi-lo à delegacia e lá chegando dei-lhe duas bofetadas no rosto, pois havia aprendido, em uma das “doutrinações” do período de rua, que para desmoralizar um homem ele teria que apanhar no rosto e que para isso eu teria que ser mais homem que ele.

Toda cena se passou na presença dos meus comandados. Perguntei ao rapaz porque ele havia dito aquilo e qual era o problema de uma mulher prender ele. Diante da circunstância, ele primeiro tentou dizer que eu tinha entendido errado e depois pediu desculpas. “Doutora, quis dizer isso não, me desculpe doutora”, ele estava com sintomas de embriaguez. O ato de dar bofetadas na face do rapaz parece ter atribuído a mim, pela perspectiva dos homens que ali eu comandava, um valor simbólico de respeito e “honra”. A violência era, como muitos deles diziam, a linguagem que eles entendiam e a qual eu deveria falar para ganhar moral³⁷ diante da tropa.

No ano de 2008, depois de transferida para uma unidade da capital, fui apresentar-me ao comandante do meu novo local de serviço. Eu estava com o tornozelo direito imobilizado devido a uma lesão sofrida no batalhão anterior, e por isso estava de licença médica. Em tese, só deveria me apresentar após o término do atestado médico, mas, para evitar a fálacia, a qual já era comum relativamente às policiais femininas, me apresentei de gesso no pé. Queria continuar sustentando a imagem de guerreira e combatente.

36 Pequena fração de policiais, geralmente composto por três a seis homens que policiam em uma viatura ou a pé.
37 O termo “moral” é corriqueiramente usado na caserna como significado de admiração ou força de vontade.

A primeira coisa que escutei quando cheguei à Unidade Policial, de uma das praças que lá trabalhavam e que havia sido colega de turma no CFSd, foi que os oficiais homens da unidade, ao saberem que a nova oficial da unidade seria uma mulher, fizeram comentários como: “Uma FEM? Pronto, não vai mudar em nada a escala da rua, vem uma FEM pra enfeitar o quartel”. A mesma praça me relatou ainda que na hora respondeu que eles não sabiam quem era e quando eles vissem quem era a oficial iriam “queimar a língua”.

Confesso que neste momento uma sensação de “estou conseguindo fazer meu nome” tomou conta de mim. Mas, atualmente, sobretudo após começar a trabalhar no setor de comunicação da Polícia Militar da Paraíba chamado EM/5, e ainda mais, após ingressar no Curso e Especialização em Segurança Pública, promovido pela própria instituição para capitães, pude perceber a dialética que habitava em toda essa conjuntura que eu defendia e legitimava com suor e sangue.³⁸ Antes de ingressar no EM5, ainda passei por mais outras duas Unidades, onde vivi experiências interessantes quanto às visões sob as quais as mulheres eram dimensionadas na instituição, e quando falo instituição aqui, me refiro àqueles que a compõem, obviamente.

Um momento interessante e bem típico das relações de poder e gênero, visto por mim dentro da instituição, ocorreu quando trabalhava em uma outra unidade da capital. Ao chegar nesta unidade fui designada para comandar uma fração chamada de Força Tática. Não nego que a designação me deixou eufórica, pois, uma tropa cuja operacionalidade era bem presente, era o arremate que eu necessitava para concluir o ciclo de construção do meu “nome”. Fui bem recebida no batalhão pelo então comandante e outros oficiais e estava disposta a mostrar serviço. Então, como de praxe, acatava todas as escalas e tipo de serviço para os quais fosse designada, afinal reclamar seria ceder à ideia de que eu seria “fraca” fugindo ao combate.

Dois meses após assumir o comando da Força Tática desta unidade, descobri uma gravidez não programada. E, por razões óbvias, não pude mais exercer as atividades na rua. Uma das coisas que ouvi do então comandante da unidade quando ele soube da minha gravidez foi que eu acabei “sendo uma perda para o batalhão”, pois eu tinha ido para lá no lugar de um tenente homem e agora, estando grávida e que não sabia o que ele “faria comigo”. Este foi o questionamento que eu ouvi: “O que vou fazer com você, já que perdi um homem de rua?”. Este foi o exato momento que uma consciência quanto às estruturas sociais que permearam minha vivência na instituição começou a incidir em mim e eu comecei a perceber o tamanho da problemática que tudo isto envolvia. E, ainda que o problema não estava em mim ou nas outras

38 Há uma máxima informal na caserna que toda conquista deve ser regada a “sangue, suor e lágrimas”.

mulheres, mas numa estrutura arraigada de machismo e patriarcalismo, onde o ser mulher atrapalharia a engrenagem prática, caso esta mulher não conseguisse, em certos aspectos (e apenas aqueles reforçavam a dominação masculina), ser um homem. Conheci bem o significado da expressão “caiu a ficha”. Nos meses seguintes, os elogios à viva voz que me foram ouvidos em outras ocasiões por eu nunca recusar um serviço deixaram de existir porque eu não era mais uma guerreira combatente, mas era uma policial mulher gestante.

Esse ponto da história foi determinante para o início de uma mudança de comportamento de minha parte. Qual era o mal em ser mulher? Qual o problema de estar grávida? Por isso eu teria sido uma perda para o batalhão? Estes questionamentos me tiraram o sossego e me despertaram para a busca do entendimento e resistência às estruturas que me silenciavam, que me compactavam a um padrão que não me permitia por vezes, assumir livremente a identidade social que assumi por meio da figura feminina.

O período de mudança iniciou-se aí e estendeu-se durante o período que comecei a trabalhar no setor de comunicação social e marketing, mas alcançou um ponto que julgo significativo durante minha passagem no Curso de Especialização em Segurança Pública. O contato com leituras, até então desconhecidas, despertaram-me para uma consciência não só do ser mulher, mas da profissional de segurança pública, saindo de um espaço passivo de mera reprodução automática de ideias e estruturas para um momento de compreensão, reflexão e questionamento delas.

4 Considerações finais

As estratégias contemporâneas de trabalho da Polícia Militar da Paraíba vêm tentando acompanhar a tendência nacional de proximidade com a comunidade e o ingresso das mulheres está estreitamente ligado a essa questão. Contudo, é necessária uma profunda reflexão quanto aos encontros encarados pelas mulheres no decorrer dos 33 anos já transcorridos de permanência delas em meio aos quase 189 anos que a corporação possui. Importante frisar que a intenção deste trabalho não foi definir em certo sentido as estruturas que configuram as relações de gênero na Polícia Militar da Paraíba, mas tentar refletir, a partir de um relato autoetnográfico, sobre essas relações e compreender um pouco do seu itinerário.

Obviamente não conseguimos traçar um mapa de como se estruturam essas relações, mas por certo as descrições fornecem um norte dessa construção, na qual mulheres que ingressam em uma instituição cheia de

paradigmas sobre as relações de gênero acabam aderindo a um padrão comportamental fortemente masculinizado para serem socialmente aceitas no grupo. Eu passei por esse processo que ainda está intensamente arraigado em minhas ações, dos quais só tomei consciência a partir de determinado momento profissional, imersa em acontecimentos, anteriormente narrados, que me fizeram refletir sobre o tema. Deparei-me por inúmeras vezes com paradoxos identitários dentro da instituição, reforçados pelos mecanismos de formação militar, os quais, na maioria das vezes, “resolvi” silenciando-me. Assim, eu, como outras mulheres policiais, enfrentei no processo de formação e nas práticas profissionais um constante embate entre o ser policial e o ser mulher.

Finalizo destacando a percepção de que não há de se negar que houve pequenos avanços quanto às estruturas relacionais de gênero dentro da corporação, mas também há de revelar-se que muito ainda há para se construir e desconstruir para um verdadeiro empoderamento feminino neste meio, sobretudo, quanto ao entendimento das próprias mulheres sobre sua identidade social dentro da instituição. Desse modo, percebemos que não só as estruturas formais devem ser repensadas, mas também as projeções sociais e culturais inerentes aos valores sobre os quais se constroem essas estruturas.

Referências

ABU-LUGHOD, Lila. *Escribiendo contra la cultura. Recapturing Anthropology: Working in the Present*, Santa Fe, Nuevo Mexico, 1991. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/365007/mod_resource/content/1/Abu%20Lughod%2C%20Escribiendo%20contra%20la%20cultura.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.

ALBERTINI, Lauriani Porto. O exército e os outros. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 75-90.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

CAVILHA, Juliana. Das entrevistas aos rituais: dialogando com os militares. In: CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares:**

reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 129-150.

CHINELLI, Fernanda. Pesquisa e aliança: o trabalho de campo com mulheres de militares. CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero (Orgs.). **Antropologia dos militares**: reflexões sobre pesquisas de campo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. P. 91-106.

COTTA, Francis Albert. Para além da “instituição total”: as “gramáticas do indivíduo” como possibilidade metodológica para o estudo de instituições policiais-militares no século XXI. In: FRANÇA, Fábio Gomes de (Org.). **Questões de segurança pública**. João Pessoa: Ideia Editora, 2021. p. 66-99.

DAMATTA, Roberto. **O Ofício do Etnólogo ou como ter anthropological blues**. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional, 1978.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: na overview. Forum Qualitative Social Research, v. 12, n. 1, art. 10, jan 2011. Disponível em: <View of Autoethnography: An Overview | Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research (qualitative-research.net)>. Acesso em: 30 jun 2021.

FERRAROTTI, Franco. **Sobre a autonomia do método biográfico**. In: NÓVOA, Antônio; FINGER, Mathias. O método (auto)biográfico e a formação. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 34. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2007.

FRANÇA, Fábio Gomes de. “Hierarquia da invisibilidade”: preconceito e homofobia na formação policial militar. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 154-170, ago/set 2016. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/700>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

----- **Estigma**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015a.

----- **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2015b.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: nota sobre as revoluções culturais de nosso tempo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, 1997.

LEIRNER, Piero. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LEAL Gabriel Rodrigues. **Currículo cultural**: uma autoetnografia na Academia de Polícia Militar Costa Verde. 2011. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFMT, 2011.

MÉNDEZ, Mariza. Autoethnography as a research method: Advantages, limitations and criticisms. *Colomb. Appl. Linguist. J.*, v.15, n. 2, Bogotá, July/Dec. 2013. Disponível em: <Autoethnography as a research method: Advantages, limitations and criticisms (scielo.org.co)>. Acesso em: 30 jun 2021.

MEYER, D. E.; Soares, R. F. R. **Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares**: um início de reflexão. In: Meyer, D. E. (org.). *Corpo, gênero e sexualidade*. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MOREIRA, Rosemeri. Virilidade e o corpo militar. **Revista História: Debates e Tendências**, Rio Grande do Sul, v. 10, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2466>>. Acesso em: 03 out. 2016.

PEIRANO, Marisa. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Zahar; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, Sílvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 24.1, p. 214-241, 2017. Disponível em: <113972-Texto do artigo-265725-1-10-20170829 (1).pdf>. Acesso em: 30 jun 2021.

SILVA, Agnaldo José da. **Praça Velho**: um estudo sobre o processo de socialização policial militar. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **O conhecimento de si**: Narrativas do itinerário escolar e formação de professores. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Bahia, 2004.

WALL, Sarah. An Autoethnography on Learning About Autoethnography. *International Journal of Qualitative Methods*. Jun 2006. Disponível em: <An Autoethnography on Learning About Autoethnography - Sarah Wall, 2006 (sagepub.com)>. Acesso em: 30 jun 2021.

Recebido em agosto de 2021

Aprovado em dezembro de 2021